





## Écos e Novidades

Não são ainda nada tranquilizadoras as informações publicadas quanto a uma nova invasão da febre amarela. O Sr. director geral da Saúde Pública, alarmado, apella-se para o publico, que o deve auxiliar na repulsa do mal, extinguindo as aguas estagnadas dos quintais, evitando que se formem poças, impedindo a proliferação dos terríveis veículos da moléstia. Tudo isso está muito bem, é muito justo, mas não basta; já estamos fartos de saber o que vale os apelos e o modo por que são atendidos. Justissimo também é que se aumentem os aparelhos Clayton para a desinfecção das ruas e praças, impedindo a proliferação dos terríveis veículos da moléstia. Tudo isso está muito bem, é muito justo, mas não basta; já estamos fartos de saber o que vale os apelos e o modo por que são atendidos.

A questão, porém, não se resolve apenas com essas medidas. O que cumpre fazer desde já, imediatamente, sem perda de um minuto, é tomar providencias energicas para evitar que o mal entre na cidade. Põe-se pensar ao mesmo tempo em outras medidas que, do futuro, tornem o Rio de Janeiro no tipo letífero ou a qualquer outra infecção grave; é, essencial, o urgente, o imprescindível é, por agora, impedir o ingresso da febre amarela. Ora, é para isso que não se está concorrendo efficientemente, como hantem demonstrar e não foi nem pôde ser contestado. A formalidade de tomar as residencias dos passageiros que chegam da Bahia, para que sofram a inspecção medica durante o tempo da incubação, é simplesmente irrisoria. Esperar que a Saúde Pública tenha immediata notificação de qualquer caso que se verifique, é uma temeridade que não pôde causar carismos. Para provar esta asserção basta lembrar que muitos medicos ha por ali incapazes de estabelecer diagnóstico, mesmo suspeito, de febre amarela sem a evidencia dos vomitos negros, deixando, portanto, que se passe praço em que a contaminação se produza.

Mais uma vez é bom salientar que uma trapaça dessa moléstia seria agora mais temerosa do que nunca. Como a illustre comissão de saneamento já salientou, não há probabilidades de immunição nem para o resto da população, incluindo nem os nacionais e estrangeiros, indistinctamente, porque o período de ausência da amarellia já fez desaparecer as condições que mais nos menos asseguravam aos acclimados a indomidade.

A questão é, pois, muito séria. Não sabemos de outra que mais o seja.

Causou a melhor das impressões o gesto do Sr. prefeito procurando obter da Light o aumento de viagens em algumas de suas linhas, assumido de que temos tratado em varias ocasiões. A proposta do Sr. Frontin corresponde a manifestação da melhor vontade por parte da Light, e a Light, por seu lado, não pôde deixar de reconhecer o serviço de viagens merecedor, de facto, louvor, porque é muito regular. Si algumas clausulas do contrato fossem cumpridas rigorosamente, poder-se-ia dizer sem favor que esse serviço era impecavel.

Essa iniciativa, aliás, não poderia vir em melhor momento para a Light, que necessita mesmo de cortejo e o publico, preparando-se para a sua nova offensiva na questão dos telefones, cuja reforma é a sua preocupação maxima e a sua aspiração suprema. Para obter um novo contrato, que lhe permita ainda mais largos lucros, a Light não hesita em fazer concessões, e não poupa esforços, não mede sacrificios. Com a sua influencia obtive que o Conselho Municipal, despojado-se espontaneamente de suas prerrogativas e attribuições, transferisse para o prefeito a incumbencia de realizar a reforma da Light. Esperava que, no seculo dos galanteios, não hesitasse a Light em fazer concessões, e não poupa esforços, não mede sacrificios. Com a sua influencia obtive que o Conselho Municipal, despojado-se espontaneamente de suas prerrogativas e attribuições, transferisse para o prefeito a incumbencia de realizar a reforma da Light. Esperava que, no seculo dos galanteios, não hesitasse a Light em fazer concessões, e não poupa esforços, não mede sacrificios.

Nessas condições, esse e outros melhoramentos que o governador da cidade deseja, serão provavelmente sem perda de tempo realisados. Mas talvez a Light esteja illudida; não cremos que o Senado da Republica decaia a aceitar as manobras da Light e que o Sr. Frontin queira lançar sobre o seu nome tão grave suspeita.

Um "leitor constante" escreveu-nos estranhando que nos comentários de ontem a propósito do reconhecimento do senador Mellio Junior tivesse sido esquecido o caso do senador Alvaro de Carvalho, também eleito em estado de sítio, e reconhecido sem protesto. Parece ao "leitor constante" que aqueles comentários foram escritos por quem, vivendo fora da patria, a ella voltasse para assistir ao reconhecimento do Sr. Mellio.

Não tem razão o "leitor constante". Não propriamente o Sr. senador Alvaro de Carvalho, a quem os referimos, vem claramente expressando o caso de sítio, e contra a sua eleição depois de protestos fundamentados.

ANTES de comprar o remédio aconselhado, saiba o preço na Droguaria Amizade, rua Sete 89

Écos do aniversário de Jorge V

Os Srs. Dr. Cecil Parr e o major Johnstone, secretario e chefe militar, respectivamente, da legação inglesa, estiveram, a tarde, no palacio do Catete, onde foram recebidos, em nome do Sr. Arthur Pell, ministro da Inglaterra, e que ora se acha ausente desta capital, os cumprimentos mandados levar pelo Sr. vice-presidente da Republica em exercicio, por ocasião da passagem do aniversário natalicio de S. M. Jorge V.

Queira apreciar bem e pare este?

SO' O PAPAGAIO

A Prefeitura e algumas marcas de cerveja

O gabinete do prefeito formou a imprensa a seguinte nota:

"Não se trata de noticia dada por um jornal da manhã, que, tratando de uma festa promovida pelo Centro Cosmopolita, em Quinta da Boa Vista, dá apoio ao prefeito municipal o boquete de algumas marcas de cerveja. A Prefeitura, solicitada pelo Centro Cosmopolita, para a realização da festa na Quinta, no dia referido e nada mais."

PELLES

DOAS FRANÇEZAS

CASA COLOMBO

O "Deseado" e o "João Alfredo"

são, afinal, desembaraçados pela

Saúde do Porto

Cerca de 3 horas da tarde, o inspector marítimo, Dr. João Lopes Machado, deu a prática ao transatlântico "Deseado" e ao paquete nacional "João Alfredo". No primeiro, que procede de Liverpool e trouxe 12 passageiros, essa autoridade da Saúde do Porto constatou a existência de um caso de tuberculose benigna, dous de bronchite e um de tuberculose, cujo doente desembarcou no Bahia.

O Dr. Lopes Machado fez remover para o hospital S. Sebastião, por considerarmos um "caso suspeito", o menor Antonio Costa, de 12 annos de idade e passageiro de 3.ª classe.

O "Deseado" sofreu rigorosa desinfecção.

O "João Alfredo" saiu em boas condições sanitárias e trouxe alguns passageiros para o Rio.

## O COMMISSARIADO

### AS NOVAS TABELLAS DE PREÇOS

### O ASSUCAR CAMPISTA EM FOCO

O Sr. Dr. Vieira Souto está estudando as modificações a serem feitas nas actuaes tabeellas de preços de generos alimentícios de primeira necessidade para os atacadistas e varejistas desta capital, e cujo prazo expira a 15 do corrente. Serão relativamente poucas, no que sabemos, essas alterações, devendo as mesmas vir a publico segunda ou terceira proxima.

—A propósito da prohibição da exportação do assucar campista, o Commissariado deu a seguinte nota a imprensa:

"Tendo apparecido a allegação contra o Commissariado de que este departamento prohibia a saída do assucar campista, creandol, assim, um regime de desigualdade no tratamento do produtor fluminense e de outros Estados, convem esclarecer o caso. A allegação é, no seu fundamento, falsa. O Commissariado não prohibiu a saída do assucar; estabeleceu, apenas, para seus despachos o regime de licença, isso para poder regular o abastecimento dos mercados internos. Esse regime, aliás, é extensivo a Pernambuco, onde egualmente não se exporta o referido produto sem licença do Commissariado. O mesmo se faz com o arroz, o feijão, a batata, a manga, a batata, etc. Campos não encontrarão embaraços a movimentação commercial de sua safra. Exportar o assucar que puder ser exportado sem nenhuma limitação, salvo si o esgotamento dos mercados do país aconselhar o Commissariado a adoptar, como é de seu dever, as medidas convenientes a sua defesa. Essa é a verdade que se pôde e deve repetir: — nunca, desde o inicio de sua gestão, o actual commissario prohibiu a saída do assucar ou de qualquer outro genero."

Alguns usineiros campistas tiveram a proposta do assumpto, hoje, a tarde, longa conferencia com o Sr. Dr. Vieira Souto, com quem concordaram com as explicações por S. Ex. dadas a respeito.

Objectos para Perfumaria Avenida

PRESENTE

Av. Rio Branco, esq. da rua da Assembléa.

VENCIMENTOS DOS MILITARES

O Sr. Raul Alves, representante da Bahia no Congresso Nacional, apresentou, hoje, a Camara dos Deputados um longo projecto de lei aumentando os vencimentos dos militares: officios e pragas de pret.

54

ALFABETARIA

GUANABARA

modou-se para o seu novo

predio proprio

R. Carioca, 54

Telephone: Central 43

Quer vender um terreno á Prefeitura?

Foi proposta ao prefeito a venda dos terrenos existentes á rua Curupaiti, entre as ruas Bella e Zeferino, para nelles ser construido um jardim.

Elisir de Nogueira—Único que cura syphilis.

A Slovenia zona de guerra

ROMA, 4 (A. A.).—Segundo informa o "Jurnalny Listy", a Slovenia foi declarada zona de guerra.

O mesmo jornal recebeu communicação do Spalato, de haver ali chegado o enorme vapor "Jasio", carregado de munições de artilharia, e que chegou ao porto de Ragusa, de onde seguirá para Spalato, um grande vapor norte-americano, com carregamento de viveres.

Vestidos, Mantoux, Costumes

Tailleurs

CASA COLOMBO

O prolongamento da rua

Campos da Paz

Uma comissão de moradores do Rio Comprido procurou o Sr. prefeito, a quem pediu o prolongamento da rua Campos da Paz, até a avenida Rio Comprido. A comissão que, para que isso seja feito, é necessário apenas a demolição de um predio da rua Aristides Lobo, que, para esse fim, foi desapropriado, e entretanto nesse predio está sendo instalada uma escola publico!

R. 100\$000

Um superior trem de cozinha em aluminio

polido, Americano, com 20 peças uteis. Reclama da Casa Minus. Ouvidor n. 71.

NOTICIAS DO MINISTERIO DA GUERRA

O Sr. ministro da Guerra, por actos de hoje, nomeou encarregado dos instrumentos de engenharia o tenente-coronel reformado do Exército José Candido da Silva Muricy.

Foi mandado addir ao 1.º regimento de infantaria, até ulterior deliberação, o major graduado do 7.º regimento de infantaria, Henrique Burle.

Foi dispensado do logar de auxiliar do serviço de engenharia do quartel general do commando da 4.ª região militar, o 1.º tenente do quadro supplementar da arma de engenharia, Henrique de Azevedo Furtado, que passou a servir no 6.º batalhão de ferro viário.

O Sr. ministro da Guerra nomeou auxiliar da 2.ª divisão, do director da administração da guerra, o 1.º tenente do 7.º regimento de infantaria, Olyntho Tolentino das Freitas Marques.

O Sr. ministro da Guerra mandou elegir, em Boletim do Exército, o major Alvaro Guilherme Marante e primeiro tenente do Exército Valentim Benicio da Silva, pelo alto criterio e notavel intelligencia que, como se houveram no desempenho da commissão que lhes foi confiada, por ocasião da intervenção federal nos ultimos acontecimentos do Estado de Goyaz.

Foi proposto para encarregado do campamento de instrução da Escola Militar, o major reformado, Henrique de Azevedo Furtado, que passou a servir no 6.º batalhão de ferro viário.

JOHN R. HACKES

Chegou de Theophilo Ottoni o Sr. John R. Hackes, onizendo comprando pedras preciosas. Demora-se a noite capital até o fim do mez e poderá ser encontrado diariamente na praça Tiradentes n. 46 — JOALHERIA MOSES.

Uma reintegração e duas nomeações no Lloyd

O Sr. director do Lloyd Brasileiro mandou reintegrar hoje o antigo 2.º escriptorio Carlos Couto de Oliveira Costa, e nomeou os Srs. Luiz Felipe Aché e Octavio de Souza, respectivamente, escriptorio e auxiliar de escriptura daquela empresa.

AGASALHOS

PARA CRIANÇAS

CASA COLOMBO

Pagamentos na Prefeitura

Na Prefeitura pagam-se anualmente as seguintes folhas de vencimentos referentes ao mez de maio findo: Directoria Geral de Hygiene e Contabilidade.

## C. S. A. DE FOOTBALL

### COMO FORAM RECEBIDOS EM SÃO PAULO OS CAMPEÕES PATRICIOS

S. PAULO, 3 (A. A.).—Os footballers paulistas e sua comitiva chegaram aqui ás 9 1/2 horas de hoje. As dependencias da estação da Luz, bem como o largo fronteiro estavam abarrotados de povo, incluindo muitas camisas brancas. Os campeões patricios foram recebidos, ao desembarcarem, entre delirantes acclamações; foram-lhes offerecidos ramos de flores naturais. Na estação tocavam, quando alli chegaram os valentes footballers, varias hansas de musica. Tendo sido trocadas as saudades, formou-se um longo cortejo de carros e automoveis, dirigindo-se para a cidade, percorrendo o triangulo central. Das janelas, nas ruas onde passou o cortejo, eram os campeões saudados com prolongadas e entusiasticas palmas e acclamações.

—Ode-se dizer que os campeões sul-americanos tiveram aqui uma recepção condigna.

## Reappareceu

A' venda o sabão

"REGADOR"

em todos os bons armazens

Pães de 200 réis e barras de 1\$300

Desembruhem e verifiquem a marca.

## O Sr. prefeito visitará Ramos

As populações de Ramos e Olaria resolveram homenagear o Dr. Paulo de Frontin, governador da cidade, com festas, em sua proxima visita, marcada oficialmente para o dia 15 do corrente.

O desembargador Gustavo Farnese, presidente das commissões do festejo, obteve a designação official de data acima, prometendo ser de realce as homenagens que vão ser tribuadas a essa autoridade.

Paletos genero Tailleurs, para meninas e mocinhas.

CASA COLOMBO

## SOBRE A REDE SUL-MINEIRA

Requerimento do Sr. Mauricio de Lacerda na Camara dos Deputados

"Considerando que o regimento da Camara não permite redacção offensa em tudo quanto seja submettido á sua deliberação; Considerando que é evidentemente offensa a redacção de n. VII do art. 111 da Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, que autorisa o governo: 1.º — Rever o contrato celebrado de accordo com decreto n.º 7.704, de 2 de dezembro de 1909, estabelecendo condições que obrigam effectivamente a companhia a realizar as obras de reparação e conservação e o aumento de material necessario á regularidade do trafego; podendo reduzir as quotas de arrendamento e tornar effectivo o disposto na clausula V do contrato citado, pela forma que julgar conveniente, autorizada a fazer as operações de credito e abrir os creditos necesarios para a execução deste artigo."

Requerio que, por intermedio da mesa, o governo informasse a proxima urgencia: 1.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 2.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 3.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 4.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 5.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 6.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 7.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 8.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 9.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 10.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 11.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 12.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 13.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 14.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 15.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 16.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 17.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 18.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 19.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 20.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 21.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 22.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 23.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 24.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 25.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 26.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 27.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 28.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 29.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 30.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 31.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 32.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 33.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 34.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 35.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 36.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 37.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 38.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 39.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 40.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 41.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 42.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 43.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 44.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 45.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 46.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 47.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 48.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 49.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 50.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 51.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 52.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 53.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 54.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 55.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 56.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 57.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 58.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 59.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 60.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 61.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 62.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 63.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 64.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 65.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 66.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 67.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 68.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 69.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 70.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 71.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 72.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 73.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 74.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 75.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 76.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 77.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 78.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 79.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 80.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 81.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 82.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 83.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 84.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 85.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 86.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 87.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 88.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente" a referida disposição? 89.º — Si o governo pretende utilizar-se da autorização organica supra citada, apesar do vicio de nulidade em que incorreu, e, em caso affirmativo, como interpreta a expressão "pela forma que julgar mais conveniente"















